

Rogério Gesta Leal

# ASPECTOS POLÊMICOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

**Prefácio**

*Romeu Felipe Bacellar Filho*

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PÚBLICO,  
DIREITO ECONÔMICO E DIREITO EMPRESARIAL.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10003270

ROGÉRIO GESTA LEAL

## Aspectos polêmicos da Lei **Anticorrupção** no Brasil

Prefácio

**Romeu Felipe Bacellar Filho**



**FORUM**

O advento da Lei Anticorrupção brasileira, nº 12.846/2013, vem preencher lacuna importante no sistema normativo nacional sobre o enfrentamento de fenômenos corruptivos. Dada a amplitude do novel instituto, a presente obra vem propor análise crítica e ampliada de tais fenômenos, assim como dos bens jurídicos tutelados pela norma, no sentido de que sejam interpretados em amplo espectro hermenêutico, (i) aprofundando a perspectiva de responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas alcançadas pela Lei; (ii) indagando sobre os limites da desconsideração da personalidade jurídica enquanto mecanismo de responsabilização por atos corruptivos; (iii) avaliando os problemas do chamado cadastro nacional de empresas punidas administrativamente pela Lei, nomeadamente em face do direito fundamental à imagem e reputação das corporações atingidas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L435a	Leal, Rogério Gesta Aspectos polêmicos da Lei Anticorrupção no Brasil / Rogério Gesta Leal. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 139 p. ; 14,5cm x 21,5cm.  Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-362-7  1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Público. 4. Direito Econômico. 5. Direito Empresarial. I. Título.	
2022-870		CDD: 341.3 CDU: 342.9

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LEAL, Rogério Gesta. *Aspectos polêmicos da Lei Anticorrupção no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 139 p. ISBN 978-65-5518-362-7.

**Rogério Gesta Leal** é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, junto à Quarta Câmara Criminal, especializada em Crimes de Prefeitos e Vereadores e Crimes contra a Administração Pública. Professor Titular da Universidade de Santa Cruz do Sul e da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito. Autor de inúmeros livros e artigos no Brasil e no exterior.

PREFÁCIO	
<b>Romeu Felipe Bacellar Filho</b> .....	11
APRESENTAÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
A CORRUPÇÃO COMO FENÔMENO COMPLEXO.....	19
1.1 Notas introdutórias.....	19
1.2 A corrupção como mal-estar às instituições democráticas.....	20
1.3 A institucionalidade corruptiva no Brasil: alguns elementos historiográficos.....	27
1.4 Qual o papel da sociedade civil?.....	32
1.5 Notas conclusivas.....	37
1.6 Referências.....	40
CAPÍTULO 2	
OS ATOS ATENTATÓRIOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO, AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS PELO BRASIL: ASPECTOS NEURAIIS DA LEI ANTICORRUPÇÃO.....	43
2.1 Notas introdutórias.....	43
2.2 Contextos convulsivos à formatação da Lei nº 12.846/2013.....	44
2.3 Quais os bens jurídicos tutelados pela Lei Anticorrupção?.....	51
2.4 Notas conclusivas.....	59
2.5 Referências.....	64
CAPÍTULO 3	
A RESPONSABILIDADE OBJETIVA ADMINISTRATIVA E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS NOS TERMOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA.....	69
3.1 Notas introdutórias.....	69
3.2 Sobre os argumentos prós e contras a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica na ADI5261.....	70
3.3 O problema da responsabilidade civil objetiva: alguns apontamentos.....	72
3.4 Condições e possibilidades da responsabilidade objetiva da empresa no âmbito da Lei Anticorrupção.....	80
3.5 Notas conclusivas.....	85
3.6 Referências.....	90
CAPÍTULO 4	
O PROBLEMA DO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS DO ART. 22 DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA E OS ABALOS À PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA.....	95
4.1 Notas introdutórias.....	95
4.2 Direito fundamental da pessoa jurídica à tutela de seu nome, imagem e reputação: aspectos gerais.....	96
4.3 O cadastro nacional de empresas punidas administrativamente nos termos da Lei Anticorrupção: problemas intercorrentes.....	110
4.4 Notas conclusivas.....	113
4.5 Referências.....	115

## CAPÍTULO 5

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA: APONTAMENTOS CRÍTICOS.....			119
5.1	Notas introdutórias .....		119
5.2	O instituto da desconsideração da personalidade jurídica: interfaces entre o público e o privado.....		120
5.3	O uso administrativo do instituto da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da Lei Anticorrupção .....		132
5.4	Notas conclusivas .....		136
5.5	Referências .....		138